



ESTADO DE ALAGOAS
Prefeitura Do Município De Maragogi
Comissão Permanente de Licitação



EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL 06/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO 2043/2023

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE INTERNET.



ESTADO DE ALAGOAS
Prefeitura Do Município De Maragogi
Comissão Permanente de Licitação



EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2043/2023
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOGI - AL, por meio da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, na forma PRESENCIAL, do tipo menor preço por item, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 25 de outubro de 20223 -Horário: 09:00 horas.

Sede do setor de licitação – enfrente ao gabinete do prefeito.

Rua: José Machado Filho – Bairro Litorâneo – Centro - - CEP: 57955-000 - Maragogi – AL

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é o registro de preços de: **Prestação de serviços de internet, sob o sistema de registro de preços** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. O órgão gerenciador será a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

2.2. São participantes os seguintes órgãos:

2.2.1. SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MARAGOGI – AL E DEMAIS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no



ESTADO DE ALAGOAS
Prefeitura Do Município De Maragogi
Comissão Permanente de Licitação



que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no decreto Federal nº 7.892/2013.

3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

3.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

3.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

3.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. A empresa proponente deverá se apresentar para credenciamento junto ao pregoeiro por um representante **devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório numa das formas do subitem 4.1.1**, devendo, ainda, no ato de credenciamento, identificar-se exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente contendo foto.

4.1.1. O credenciamento pode ser feito por um dos seguintes meios, devendo obrigatoriamente apresentar os dados constantes do **ANEXO II**:

4.1.1.1. Instrumento público de procuração com poderes **específicos** para formular lances verbais e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da empresa proponente, com prazo de validade em vigor;

4.1.1.2. Instrumento particular de procuração com poderes **específicos** para formular lances verbais e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da empresa proponente, acompanhado de cópia de seu contrato social ou



ESTADO DE ALAGOAS
Prefeitura Do Município De Maragogi
Comissão Permanente de Licitação



- estatuto, no caso de Sociedade Anônima, devidamente acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 4.1.1.3. Tratando-se de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, cópia do respectivo estatuto ou contrato social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, no caso de Sociedade Anônima, devidamente acompanhado de documentos de eleição dos administradores
- 4.2 Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa no presente certame, sob pena de exclusão sumária das representadas.
- 4.3 Os documentos supra referidos poderão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia reprográfica autenticada e serão retidos, pelo Pregoeiro, para oportuna juntada no processo administrativo pertinente a presente licitação.
- 4.4 Somente poderão participar da fase de lances verbais os representantes devidamente credenciados. A empresa que tenha apresentado proposta, mas não esteja devidamente representada, terá sua proposta avaliada, porém, não poderá participar das rodadas de lances verbais.
- 4.5 A ausência do Credenciado durante a fase de lances, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa do Pregoeiro.
- 4.6 Por ocasião do credenciamento dos representantes das empresas licitantes, a empresa deverá, para se submeter ao regime especial da Lei Complementar nº 123/2006, apresentar, além dos documentos exigidos nos subitens 4.1.1.1., 4.1.1.2. e 4.1.1.3., os documentos que comprovem sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 4.6.1 A comprovação da qualificação da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, será feita mediante apresentação de:
- a) Declaração, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, subscrita por quem detenha poderes de representação, de que se enquadra na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, nos moldes no **ANEXO V** do presente edital de Pregão.
- 4.6.1.1 A falta da documentação comprobatória da qualificação da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, ou sua imperfeição, não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006.
- 4.7 Após os respectivos credenciamentos, as licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido no **ANEXO VII** do Edital, a declaração que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009, de acordo com o estabelecido no **ANEXO IV** do Pregoeiro comunicará aos presentes, quais são as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, se houver, e que, em consequência, poderão se valer dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006.
- 4.7.1. A partir do momento em que o Pregoeiro proceder à abertura do primeiro envelope, não mais serão admitidas novas licitantes.
- 4.7.2. A não apresentação da declaração constante no item 4.7, declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido no **ANEXO VII**, caso não possa ser saneada no momento do credenciamento, importará no descredenciamento do representante, porém a proposta será válida para fins de classificação.



ESTADO DE ALAGOAS
Prefeitura Do Município De Maragogi
Comissão Permanente de Licitação



4.7.3. A não apresentação da declaração constante no item 4.7, declaração que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009, de acordo com o estabelecido no **ANEXO IV**, caso não possa ser saneada no momento do credenciamento, importará no não recebimento da proposta da licitante.

5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

5.1. A participação neste Pregão se dará a todas as empresas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

5.2. Não poderão participar desta licitação os interessados indicados no item abaixo:

- 5.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 5.2.2. Que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- 5.2.3. Que estejam reunidas em consórcio;

5.3. Também é vedada a participação de quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

5.4. Como condição para participação no Pregão como ME ou EPP, a entidade de menor porte deverá atender aos requisitos constantes no item 4.6.

6. DA ENTREGA DA PROPOSTA

6.1.1. Os documentos da proposta de preços deverão estar elaborados em papel timbrado da empresa (Nome, Endereço e CNPJ) e redigido em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, disposto ordenadamente, contido em 01 (um) envelope distinto, lacrado e indevassado, a qual deverá estar rubricado pelo representante legal da empresa, ou por seu mandatário, devendo ser identificado no anverso a razão social da empresa:

ENVELOPE A - Proposta de Preços

Número do Pregão Presencial;

Objeto;

Razão social do licitante.

6.1.2. A proposta de preços deverá estar em original, datilografada ou digitada apenas no anverso, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, rubricada em todas as folhas, datada e assinada pelo **representante legal da empresa** (que detenha poderes de administração), ou por seu **mandatário**, sendo necessária, nesta última hipótese, a juntada da procuração que contemple expressamente este poder.

6.1.2.1. Em não havendo quantidade mínima fixada, deverá ser cotada a quantidade total prevista para o item.



ESTADO DE ALAGOAS
Prefeitura Do Município De Maragogi
Comissão Permanente de Licitação



- 6.1.3. Descrição detalhada do objeto: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazos de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, seguros, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 6.3.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.3.2. O proponente deverá elaborar a sua proposta de preços de acordo com as exigências constantes no **Anexo I**, podendo ser a critério da empresa, em consonância com o modelo do **Anexo III**, devendo conter **preço unitário e preço total do item**, expressando os valores em moeda nacional (reais e centavos), em duas casas decimais, ficando esclarecido que não serão admitidas propostas alternativas.
- 6.3.2.1. Erros aritméticos serão retificados desde que não importem em acréscimo do preço fixado no Termo de Proposta:
- 6.3.2.1.1. Se houver divergência entre o preço por item em algarismo e o expresso por extenso, será levado em conta este último.
- 6.3.2.1.1.1. Ocorrendo esta hipótese, a licitante deverá honrar o preço fixado no Termo de Proposta, sob pena de desclassificação.
- 6.3.3. Deverá constar na proposta apresentada que a empresa se compromete a entregar os produtos requeridos em até 10 dias após a requisição. Não será aceito dilação de prazo para a entrega, o que, caso ocorra, serão aplicadas as penalidades constantes na lei. A não apresentação desta declaração, desclassificará a proposta
- 6.3.4. A proposta apresentada e os lances formulados deverão incluir todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, como impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento das obrigações pela contratada.
- 6.3.5. Os preços cotados deverão ser referidos à data de recebimento das propostas, considerando a condição de pagamento à vista, não devendo, por isso, computar qualquer custo financeiro para o período de processamento das faturas.
- 6.3.6. A proposta de preços terá prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data fixada para início da sessão pública, facultado, porém, aos proponentes estender tal validade por prazo superior.
- 6.3.6.1. As propostas que omitirem o prazo de validade previsto neste Edital será entendido como válidas pelo período de 60 (Sessenta) dias corridos;
- 6.3.7. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, nem propostas com preço unitário simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.
- 6.3.8. Não será permitida previsão de sinal, ou qualquer outra forma de antecipação de pagamento na formulação das propostas, devendo ser desclassificada, de imediato, a proponente que assim o fizer.



ESTADO DE ALAGOAS
Prefeitura Do Município De Maragogi
Comissão Permanente de Licitação



- 6.3.9. A formulação da proposta implica para o proponente a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, tornando-o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.
- 6.3.10. No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.
- 6.3.11. A marca, o modelo, a referência e demais características, bem como o prazo de garantia, dos bens ofertados, quando for o caso, deverão obrigatoriamente, ser informados na proposta, até que seja em forma de anexo.
- 6.3.12. A marca Indicada será uma só para cada Item.
- 6.3.12.1. Entende-se que a marca cotada para cada item segue as exigências das especificações correspondentes, tanto quanto certificações, registros dos produtos, garantias, validade, enfim, espelha-se na descrição de cada item.
- 6.3.13. Os licitantes deverão apresentar as propostas de preços com o mesmo CNPJ constante dos documentos de habilitação, o mesmo que constará na Ata de Registro de Preços, como também na emissão das notas fiscais.
- 6.3.14. Serão desclassificadas as propostas que:
- 6.3.14.1. não atenderem às condições e exigências deste Edital;
- 6.3.14.2. que consignarem valor superior aos praticados no mercado ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrado sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato;
- 6.3.14.3. Que não constar expressamente que entregará os produtos em até 10 (dez) dias após o requerido pela administração

7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1.1 Poderão fazer lances verbais e sucessivos os representantes da licitante cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, e daqueles cujas propostas tenham valores até 10% (dez por cento) superiores àquela.
- 7.2. Não havendo, pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no subitem 7.1, os representantes dos licitantes autores das melhores propostas, até o máximo 3 (três), poderão oferecer lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços propostos.
- 7.2.1. Se duas ou mais propostas em absoluta igualdade de condições ficarem empatadas, o Pregoeiro procederá ao sorteio, para efeito de ordem de sequência de lances, sendo admitidas todas as propostas empatadas independentemente do número de licitantes.
- 7.3. Às que atenderem aos termos dos subitens 7.1 e 7.1.1 será facultada a apresentação verbal de lances sucessivos e distintos, a partir do autor da proposta de maior preço, seguido dos demais, em ordem decrescente de valor, encerrando-se essa fase quando não houver mais lances.
- 7.4. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores a proposta de menor preço, aplicáveis inclusive em relação ao primeiro, a critério do Pregoeiro, observado o desenrolar da etapa competitiva. A aplicação do valor de redução entre os lances, incidirá sobre o valor unitário da proposta.
- 7.5. Não poderá haver desistência dos lances já apresentados, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste edital.



ESTADO DE ALAGOAS
Prefeitura Do Município De Maragogi
Comissão Permanente de Licitação



- 7.6. A desistência em apresentar lance verbal implicará a exclusão da licitante dessa etapa, mantendo-se o último preço apresentado somente com o fim de classificação das propostas.
- 7.7. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade da proposta escrita de menor preço.
- 7.8. A etapa de lances será considerada encerrada parcialmente quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.
- 7.9. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.
- 7.10. No caso de existir a participação de microempresas e empresas de pequeno porte no certame licitatório, neste momento, os procedimentos obedecerão os subitens a seguir:
- 7.10.1. Antes da classificação definitiva de preços, caso a melhor oferta não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá o Pregoeiro verificar se ocorreu empate ficto previsto no § 2º do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006, ou seja, propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte, com valores até 5% (cinco por cento) acima do melhor preço ofertado.
- 7.10.2. Em caso positivo, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada, até então, vencedora do certame, devendo o Pregoeiro conceder o prazo máximo de 5 (cinco) minutos para tanto, sob pena de preclusão.
- 7.10.3. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada não exerça o benefício de ofertar preço inferior àquele considerado o vencedor do certame, ou não o faça no tempo apurado, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do empate ficto previsto no subitem 7.9.1., na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito.
- 7.10.4. Todos os procedimentos de classificação, habilitação, adjudicação e homologação, seguirão o disposto na Lei Complementar nº 123/2006.
- 7.11. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de **menor preço por item**, observados os requisitos, as especificações técnicas e os parâmetros definidos neste edital e em seus anexos quanto ao objeto.
- 7.12. O pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.
- 7.11. Após negociação, se houver, o pregoeiro examinará a exequibilidade da proposta de menor preço, decidindo motivadamente a respeito.
- 7.11.1. O critério de exequibilidade dos preços ofertados será o de compatibilidade com os preços praticados no mercado ou fixados pela Administração ou por órgão oficial competente, ou, ainda, com os constantes do sistema de registro de preços, quando houver, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis.

8. DA HABILITAÇÃO

- 8.1.1. Os documentos da habilitação deverão estar elaborados em papel timbrado da empresa (Nome, Endereço e CNPJ) e redigidos em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, disposto ordenadamente, contido em 01 (um) envelope distinto, lacrado e indevassado, os quais deverão estar rubricados pelo representante legal da empresa, ou por seu mandatário, devendo ser identificados no anverso a razão social da empresa, a saber:



ESTADO DE ALAGOAS
Prefeitura Do Município De Maragogi
Comissão Permanente de Licitação



ENVELOPE B - Habilitação

Número do Pregão Presencial;
Objeto;
Razão social do licitante.

- 8.1.2. Os documentos relativos à habilitação deverão ser apresentados em original, cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original, para que possa ser autenticada pelo pregoeiro.
- 8.1.3. Caso a documentação já tenha havido apresentada na fase do credenciamento, não será obrigado em apresentar outro na fase da licitação.
- 8.1.4. As certidões extraídas pela internet somente terão validade se confirmada sua autenticidade.

8.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 8.2.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual
- 8.2.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, em vigor, devidamente registrado no uso de sociedades comerciais, em se tratando de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição ou dos seus administradores.
- 8.2.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício.
- 8.2.1.4. Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.3. **Habilitação jurídica:**

- 8.3.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.3.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 8.3.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;



ESTADO DE ALAGOAS
Prefeitura Do Município De Maragogi
Comissão Permanente de Licitação



8.3.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.3.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC, devendo a mesma ser apresentada na fase de credenciamento caso a mesma opte por esta condição;

8.3.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.3.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.4. Regularidade fiscal e trabalhista:

8.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.4.5. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.4.6. **Declaração** que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição, conforme **ANEXO VI**;



ESTADO DE ALAGOAS
Prefeitura Do Município De Maragogi
Comissão Permanente de Licitação



8.5. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.5.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.6. Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, o licitante sob os benefícios da Lei 123/2006, será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.7. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

8.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.9. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata .

9. QUALIFICAÇÃO FINANCEIRA

9.1.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

9.1.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.1.2.1. No caso de licitação para prestação de serviços, não será exigido da microempresa, empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro;

9.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade

10. HABILITAÇÃO TÉCNICA

10.1. As empresas, cadastradas deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

a. A CONTRATADA deverá comprovar aptidão para execução do objeto, mediante



ESTADO DE ALAGOAS
Prefeitura Do Município De Maragogi
Comissão Permanente de Licitação



a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando que a mesma desempenhou atividade pertinente e compatível em características e quantidades – capacidade técnico-operacional - com o objeto desta licitação.

- b. A contratada deverá apresentar declaração de disponibilidade de recursos tecnológicos necessários e capazes de realizar a prestação dos serviços, de acordo com as especificações técnicas deste Termo.

10.2. Os atestados referir-se-ão a contratos já concluídos.

10.3. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

10.4. A empresa deverá apresentar o número de registro na Anatel (SCM ou Dispensados SCM)

10.5. A empresa deverá apresentar o registro da empresa junto ao CREA ou CFT

10.6. Apresentar o Licenciamento de uso compartilhado dos postes junto a Equatorial Energia.

10.7. Carta de capacidade operacional de clientes corporativos atendido em Maragogi ou Região.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1. A convocação se dará por meio de aviso verbal, e-mail, ou, ainda, fac-símile, publicação no Diário Oficial do Município, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos na caixa de entrada da CPL, ou constantes na Ata da Sessão Pública, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais de e-mail atualizados.

12. DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo máximo de 24 horas, a contar da data do encerramento do certame e deverá:



ESTADO DE ALAGOAS
Prefeitura Do Município De Maragogi
Comissão Permanente de Licitação



12.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

12.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

12.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

12.2.1. Todas as especificações do objeto, quando necessárias, contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

13. DOS RECURSOS

13.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de 10 minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, escrito de próprio punho.

13.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

13.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias úteis para apresentar as razões, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.2.4. As razões de recurso deverão ser protocoladas no setor de Protocolo deste Município (no prazo estabelecido no subitem 11.2.3 que por sua vez encaminhará ao setor competente).

13.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13.5. As decisões exaradas após a apreciação do recurso, será publicada no Diário Oficial do Estado de Alagoas ou informada pelo endereço eletrônico dos interessados.



ESTADO DE ALAGOAS
Prefeitura Do Município De Maragogi
Comissão Permanente de Licitação



14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 5 dias úteis dias, contados a partir da data de sua convocação, que será feita por telefone, e-mail ou através de publicação no Diário Oficial do Estado, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 05 dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

15.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

15.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

15.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1. Dentro da validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização). O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do (a) **data de assinatura do Termo de Contrato** prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

16.1.1. A adjudicatária terá o prazo de 05 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, que será feita por telefone, e-mail ou através de publicação no Diário Oficial do Município de Maragogi – AL para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento



ESTADO DE ALAGOAS
Prefeitura Do Município De Maragogi
Comissão Permanente de Licitação



equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.1.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite/retirada do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado/retirado no prazo de 05 dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

16.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor registrado e aceita pela Administração.

17. DO PREÇO

17.1. Os preços são fixos e irredutíveis.

17.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto Federal 7.892/2013

18. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência e neste instrumento, devendo a empresa observar o prazo máximo de entrega em até 10 dias após o requerimento por parte do município, condição essa que deverá estar expressa na Proposta de preço sob pena de desclassificação da proposta.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

20. DO PAGAMENTO

20.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

20.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

20.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.



ESTADO DE ALAGOAS
Prefeitura Do Município De Maragogi
Comissão Permanente de Licitação



20.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

20.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

20.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta das certidões para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

20.7. Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

20.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

20.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

20.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

20.11. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente.

20.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

20.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

21. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

21.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.



ESTADO DE ALAGOAS
Prefeitura Do Município De Maragogi
Comissão Permanente de Licitação



- 21.1.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.
- 21.2. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.
- 21.3. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses prevista no Decreto Federal nº 7.892 /2013.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

- 22.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002 e do Decreto Federal nº 7.892 de 2013 a Contratada ou no que couber a licitante que:
- 22.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 22.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 22.1.3. Fraudar na execução do contrato;
- 22.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 22.1.5. Cometer fraude fiscal;
- 22.1.6. Não manter a proposta.
- 22.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 22.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 22.2.2. Multa moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 02 (dois) dias;
- 22.2.3. Multa compensatória de 10.% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 22.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 22.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 22.2.6. Impedimento de licitar e contratar com o Município de Piaçabuçu com o consequente descredenciamento no Cadastro Municipal pelo prazo de até cinco anos;
- 22.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.
- 22.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
- 22.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 22.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 22.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.



ESTADO DE ALAGOAS
Prefeitura Do Município De Maragogi
Comissão Permanente de Licitação



- 22.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 22.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 22.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro Municipal.

23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

23.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

A impugnação somente deverá ser realizada de forma presencial por petição dirigida ou protocolada na sede da Prefeitura Municipal de Maragogi - AL, setor protocolo.

23.2. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

23.3. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

23.4. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

23.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

23.6. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

24.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



ESTADO DE ALAGOAS
Prefeitura Do Município De Maragogi
Comissão Permanente de Licitação



24.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observado os princípios da isonomia e do interesse público.

24.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.9. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

24.9.1. ANEXO I - Termo de Referência;

24.9.2. ANEXO II – Modelo de Procuração

24.9.3. ANEXO III - Modelo de Proposta de Preço

24.9.4. ANEXO IV - Declaração de elaboração independente de proposta.

24.9.5. ANEXO V - Modelo de Declaração de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

24.9.6. ANEXO VI - Modelo de declaração ao atendimento do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição.

24.9.7. Anexo VII - Modelo de Declaração de Conhecimento de Edital e Atendimento as Exigência de Habilitação.

24.9.8. ANEXO VIII - Minuta da Ata de Registro de Preços;

24.9.9. ANEXO IX – Minuta de Termo de Contrato;

Maragogi – AL, 10 de outubro de 2023.

EWERTON VILTEMAR DA SILVA LIMA

Pregoeiro



ESTADO DE ALAGOAS
Prefeitura Do Município De Maragogi
Comissão Permanente de Licitação



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
Sistema de Registro de Preços

I – OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSO E MANUTENÇÃO DE INTERNET CABO VIA FIBRA OPTICA (PROVEDOR) INCLUINDO A INSTALAÇÃO DO LINK PARA OS SETORES PERTENCENTES PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOGI – AL E DEMAIS SECRETÁRIAS, conforme termo.

1.1 DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

O órgão gerenciador será PMJ - Secretária de Administração

São participantes os seguintes órgãos:

Fundo Municipal de Saúde de Maragogi – AL

Fundo Municipal de Educação de Maragogi – AL

Fundo Municipal de Turismo de Maragogi – AL

Fundo Municipal de Assistência Social de Maragogi – AL

II – LOCAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os acessos à internet deverão ser instalados, nas unidades relacionadas neste termo de referencia, nos endereços correspondentes ou de acordo a solicitação que seja emitida por esta Secretaria de Administração e demais secretarias no decorrer da execução contratual.

III – REQUISITOS GERAIS

A CONTRATADA deverá observar os seguintes requisitos gerais na execução do objeto:

a) Os acessos à internet solicitados devem ser entregues em plena capacidade de utilização atendendo às especificações deste Anexo e conectados nos equipamentos (microcomputadores, switches ou access points) fornecidos pelo MUNICÍPIO DE MARAGOGI-AL, através de cabo de fibra óptica padrão Ethernet;

b) Os acessos à internet devem estar disponíveis e operacionais em regime 24x7 (24 horas por dia, sete dias por semana);

c) Os pontos de acesso poderão ser habilitados e desabilitados a qualquer tempo, sujeito ao limite legal de 25%, a critério do MUNICÍPIO DE MARAGOGI-AL, mediante comunicação prévia à CONTRATADA.

Observação: Caso a CONTRATADA não cumpra com as cláusulas impostas e acordadas em contrato, o MUNICÍPIO DE MARAGOGI-AL, poderá cancelar o serviço isento de multas ou taxas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.



ESTADO DE ALAGOAS
Prefeitura Do Município De Maragogi
Comissão Permanente de Licitação



IV – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO SERVIÇO

4.1 – Especificação técnica dos acessos à internet.

Os acessos à internet devem atender as seguintes características mínimas:

- Ponto com velocidade mínima de 10 Mbps para download e 10 megas para upload, com mínimo de 90% de atendimento, a ser definido pela Administração considerando a necessidade de cada setor;
- Todos os pontos terão sua velocidade determinada pela Secretaria de Administração, responsável pela gestão e acompanhamento;
- Não possuir nenhum tipo de restrição de uso, operando 24 horas por dia, 7 dias por semana, sem limite de quantidade de dados trafegados, nem restrição de tipo de dados trafegados, porta lógica ou serviço;
- Possibilidade de mudança de endereço do ponto de acesso;
- Possibilidade de mudança do local do ponto de acesso no mesmo endereço.
- Permitir o compartilhamento do acesso a diversos computadores, com instalação de equipamentos roteadores adicionais por parte da CONTRATANTE.

4.2 – SERVIÇOS NECESSÁRIOS

4.2.1 – Instalação e Configuração

O serviço de instalação e configuração dos acessos a Internet compreende:

- Instalação dos acessos à internet, sendo que:
- A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento, instalação e configuração de todos os equipamentos necessários (ONU, roteador etc.) por cessão ou comodato, necessários à perfeita instalação e funcionamento dos acessos;
- A CONTRATADA deverá prover o necessário cabeamento (por conta da Contratada), tanto horizontal quanto vertical, bem como os cabos de fibra óptica para conexão aos equipamentos (microcomputadores, switches ou access points) pertencentes a PMJ e demais secretarias.
- A CONTRATADA deve executar testes nos acessos, de forma a garantir o funcionamento antes da entrega.

4.2.2 – Suporte e Manutenção

A CONTRATADA deverá atender aos seguintes requisitos:

- Disponibilizar em regime 24x7, registro de chamado técnico em caso de problemas no acesso, ficando sob sua responsabilidade a substituição de qualquer material com problema que tenha sido fornecido previamente por ela;
- deverá disponibilizar um funcionário em horário de funcionamento, diariamente no município, para atender de imediato qualquer, registro de chamado técnico em caso de problemas no acesso, identificando e resolvendo o problema, após a abertura do chamado, caso comprovado ser de sua alçada, sem vínculo empregatício com o Município.

4.2.3 – Alteração do local de instalação e/ou endereço do acesso

- A CONTRATADA será responsável pela alteração do local de instalação e/ou endereço do acesso, devendo observar os requisitos referentes a instalação, configuração e aceite dos acessos no novo local ou endereço.

V – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A contratada obriga-se a:



ESTADO DE ALAGOAS
Prefeitura Do Município De Maragogi
Comissão Permanente de Licitação



- a) manter e exigir de seu(s) empregado(s) sigilo sobre dados que porventura venha(m) a ter conhecimento por força da contratação;
- b) responsabilizar-se por danos pessoais ou materiais causados diretamente por seus funcionários na execução deste contrato, decorrentes de sua culpa ou dolo, apurados após regular processo administrativo;

VI – CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 – Aceite da instalação dos acessos de internet.

- a) O aceite dos acessos deverá ser realizado na presença do(s) Fiscal(is) do Contrato e técnico da CONTRATADA, nos locais onde forem instalados os serviços ofertados.
- b) Quando houver solicitação de mudança de endereço do acesso fornecido, ou mudança de local no mesmo endereço, adotar-se-á o mesmo procedimento do aceite da instalação inicial.

5.2 – Aceite do serviço mensal

- a) O serviço mensal, que corresponde ao fornecimento dos acessos solicitados, deve ter sua fatura atestada pelo(s) Fiscal(is) do Contrato designado(s).

VII – PRAZOS A SEREM OBSERVADOS

- a) Os acessos deverão ser entregues operacionais em até 03 (três) dias corridos, contados da data de início dos serviços prevista na Ordem de Início dos Serviços.
- b) O MUNICÍPIO DE MARAGOGI-AL emitirá a Ordem de Serviços, imediatamente a assinatura do contados.
- c) A mudança de endereço dos acessos fornecidos, quando solicitada, deve ser efetuada em até 03 (três) dias corridos após a solicitação do serviço (com a linha entregue operacional no endereço solicitado neste prazo).

VIII – FORMA DE PAGAMENTO

O valor pelo fornecimento do serviço de acesso a internet será pago mensalmente a partir do mês subsequente, sempre condicionado à apresentação de Nota Fiscal por parte da empresa contratada, com atesto do(s) Fiscal(is) do Contrato, obedecendo aos valores definidos na proposta de preço, e contratados no devido processo de licitação.

IX – PENALIDADES

Verificado o não cumprimento de qualquer exigência definida neste Anexo, o Município de Maragogi-AL, emitirá notificação à empresa Contratada para as providências cabíveis quanto à apuração das razões do descumprimento e à aplicação da(s) penalidade(s) prevista(s) no Contrato, se for o caso.

X - DA VIGÊNCIA



ESTADO DE ALAGOAS
Prefeitura Do Município De Maragogi
Comissão Permanente de Licitação



O contrato vigorará por todo o exercício de 2023, a partir da assinatura até o término de sua vigência (12 meses)

XI - DO VOLUME PRETENDIDO

DESCRIÇÃO DO OBJETO	CAPACIDADE
SERVICO DE INSTALAÇÃO	
ACESSO A REDE DE TELECOMUNICAÇÃO – REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES – INTERNET – PREDIO PRINCIPAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOGI-AL	2,0GBS FULL/ de Download e 60 MB/s FULL de Upload, para distribuição a diversos pontos

ORÇAMENTO ESTIMATIVO

DISCRICÃO DO OBJETO	QUANT.	12 MESES	Preço MENSAL PARA MB	Preço Total
SERVIÇO DE CONECÇÃO DE INTERNET BANDA LARGA COM LINK DEDICADO A SUPORTE TÉCNICO DE INFORMÁTICA NA REDE DE INTERNET (NTRANET) SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, SECRETÁRIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	2,0GBS FULL	12	R\$ 23.600,00	R\$ 283.200,00

VALOR GLOBAL R\$ 283.200,00 (duzentos e oitenta e três mil e duzentos reais)

O fornecimento será administrado pelo departamento de TI do município de Maragogi – AL que informará a capacidade e os locais de distribuição da rede.

Obs.: A capacidade de cada ponto será definida posteriormente, após fechamento de informações de necessidade.